

A ÉTICA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NUMA EDUCAÇÃO DE SALÁRIO MÍNIMO*

Gizelda Santana de Morais**

Não sei se esse é o momento certo para se falar de ética ou se esse é um conceito fora de moda, cafona para os dias de hoje. Quando me disseram que deveria fazer uma palestra sobre assunto de minha escolha, na oportunidade de vir até aqui para participar de uma Banca de Exame de Dissertação de Mestrado, fiquei em dúvida, a princípio, sobre o tema a abordar e foi a própria dissertação examinada que me sugeriu permanecer no âmbito do problema da formação dos professores no Brasil. E de pronto me surgiu um título como âncora para a reflexão com os presentes: a ética da formação dos professores numa educação de salário mínimo. Mas, para não parecer deboche, resolvi mudar o título para: a ética da formação de professores em tempos de crise. Isto não muda em nada a realidade à qual eu quero me referir pois, a expressão educação de salário mínimo me parece bastante apropriada para caracterizar o estágio atual em que se encontra a educação pública e fundamental no Brasil. Por um lado a população que frequenta as escolas públicas de primeiro grau vem das camadas cuja renda é predominantemente o salário mínimo e, por outro, os professores que aí ministram

* Conferência proferida no Seminário: Produção/Apropriação do Conhecimento. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN.

** Doutora em Psicologia. Professora da UFBA e UFS.

o ensino (cuja maior fatia está entregue aos municípios) raramente chegam a essa faixa de salário, embora reze a nossa mais recente Constituição, em seu artigo 7, que é um direito do trabalhador rural e urbano o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, etc, etc...

Também não é fora de propósito se falamos de educação em tempos de crise, mesmo que alguns possam me contestar dizendo que a nossa educação nunca esteve sem crises. Sim, podemos aceitar que nunca nesse domínio tivemos boas estatísticas mas, para citar apenas o exemplo de uma pesquisa realizada no Estado de Sergipe, foi constatado que, em 1930, os professores primários, diplomados pela Escola Normal, se distribuía por povoados, vilas e cidades, e recebiam salários que atingiam em média cerca de 50% dos salários dos juizes de direito, enquanto em 1980 a relação chega apenas a aproximadamente 8%. Perderam os professores em salário, em respeito e valorização social pois inúmeros depoimentos comprovam que juizes, padres e professores eram, outrora, as maiores autoridades nas cidades e vilas. Podem me contestar que sem dúvida houve uma democratização do ensino, e hoje qualquer criança tem acesso à escola, o que não ocorria antigamente. Sim, mas a que escola têm eles acesso? A uma escola que perdeu os seus objetivos, que não reconhece as suas finalidades?

Justamente sobre este aspecto é que vou me deter em primeiro lugar, isto é, sobre as finalidades da escola, para, em seguida, discutir com vocês um segundo aspecto que seria: a procura de uma ética capaz de guiar a ação de formar professores no contexto atual.

REPASSEMOS A QUESTÃO DAS FINALIDADES DA ESCOLA

A primeira e original função da escola foi transmitir conhecimentos, cultura e valores sociais. Essa finalidade tem permanecido nas definições dos legisladores mas, ao longo do tempo, especialmente ao longo deste século 20, as exigências feitas à escola vêm se tornando cada vez maiores, diríamos mesmo, desmesuradas. À medida que as ciências se desenvolvem e que a sociedade se modifica, mais responsabilidades vão sendo aderidas à escola e mais exigências são feitas aos professores.

Uma função que teve por vários séculos sua prevalência na escola, além dessa primeira de transmitir conhecimentos, é a de preparar para a religião, para uma outra vida, para o contato com a divindade. No Brasil, a escola nasce com essa missão, através dos jesuítas que para cá trazem a catequese para os índios e os primeiros Colégios para os filhos dos colonos. Depois com Pombal, eles chegam a ser expulsos porque seu ensino não correspondia mais aos interesses do Estado monárquico. Essa função, embora minimizada atualmente nas escolas públicas brasileiras, permanece presente pela força das igrejas, cada uma querendo ensinar a sua doutrina como se fosse a verdadeira, absoluta e eterna. Gostaria de lembrar que esse continua sendo o objetivo primeiro nas sociedades islâmicas, onde o fundamentalismo cresce assustadoramente em nossos dias. Ela é inclusive a motivação primordial para a eliminação do analfabetismo nesses países onde, pelo menos os homens, todos, devem ler o Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos.

Voltando ao mundo ocidental, com o advento das Repúblicas, a partir do século passado, o objetivo de democratização passa a ser mais e mais associado (idealmente) à escola. A escola teria a função de permitir a

igualdade de chances a todos. Ela passou a ser vista como um lugar que favorece a ascensão social, trabalha pela integração de todos em uma sociedade, e seria instrumento eficaz contra a pobreza e a exclusão. Finalidade enorme, gigantesca talvez, pois, além de transmitir o saber acumulado, mantendo a cultura e aumentando os conhecimentos dos povos, deveria também transformar as sociedades, dentro dos princípios de igualdade de direitos. Essa função cada vez mais é referenciada, ao serem instituídas as Declarações de Direitos dos homens, seguida de outras, das mulheres, da criança e dos adolescentes, etc. A escola é vista, cada vez mais, como o lugar onde se deve aprender o respeito à cidadania, reconhecer os direitos e deveres dos cidadãos. É vista também como o lugar de socialização, de aprendizagem do convívio social, de partilha, da tolerância, do desenvolvimento de lideranças e de liderados.

Ao lado desses objetivos, eminentemente sociais ou sociológicos, a força da psicologia com suas descobertas e afirmações sobre personalidades, exige que se respeitem as diferenças individuais na escola, os ritmos de aprendizagem, as diferenças de interesse e de habilidades; que se respeitem as etapas de desenvolvimento da criança, o seu espaço lúdico, o contexto do brincar e do lazer no interior do trabalho educacional. Aí uma contradição já parece despontar entre esses dois objetivos; de um lado favorecer a igualdade e do outro respeitar as diferenças individuais. Como o professor resolver na prática essa contradição? O respeito às diferenças não reforçaria as desigualdades?

Mas as exigências não param aí. É preciso cuidar não só do aspecto intelectual mas também do desenvolvimento físico, é preciso cuidar da saúde. E para

cuidar da saúde é necessário compensar as falhas de alimentação em casa, é preciso, nas escolas públicas, fornecer a refeição ou a merenda escolar, é preciso também curar as disfunções, todas, as dislexias, as disortografias, as dificuldades de aprendizagem decorrentes de problemas físicos e deficiências visuais e auditivas e mentais, inclusive os afetivos que envolvem sobretudo a família. Logo, é preciso também cuidar da família. Essa função passa a ser justificada em vista das transformações sociais, o crescimento das populações e, em especial, o crescimento das cidades, o inchaço das periferias, a necessidade da mulher no mercado de trabalho, uma rápida tendência à dissolução das famílias, o divórcio, as famílias uniparentais. A escola parece ser chamada a substituir a família, assumir o papel de autoridade tradicionalmente mais associado ao pai, e o de conselheira mais ligado à mãe.

De repente, lá pelos anos 70, descobre-se por aqui, que a escola de primeiro grau também tem que preparar as crianças e adolescentes para a profissão. Logo ela será equipada com oficinas e mais laboratórios para que os alunos experimentem diversas modalidades de trabalho, testem sua vocação, seus interesses para as atividades agrícolas, industriais, comerciais, tecnológicas, domésticas. A educação para o Trabalho passa a ser uma preocupação de pedagogos e pesquisadores.

Não só para o trabalho mas também para as artes. A educação artística, para a música, desenho, pintura, mais tradicional na escola, passa a ser acrescida da necessidade de preparar para as modernas artes audio-visuais, o cinema, a televisão, o vídeo. Esses instrumentos passam a ser requisitados na escola como auxiliares indispensáveis ao ensino, à educação. O professor em que saber manejá-los, e servir-se deles como mediadores de mensagens e conteúdos.

Não podemos nos esquecer da educação cívica, a escola sempre foi chamada para exaltar o amor à pátria, festejar os proclamados heróis nacionais, comemorar as datas importantes na história do país e até introduzir uma disciplina denominada educação moral e cívica.

E as atribuições de responsabilidades não param de crescer. Mais recentemente se verifica que falta alguma coisa, as meninas estão engravidando cedo, os jovens correm o risco da contaminação pela AIDS e de se perderem pelas drogas. É preciso dar à escola mais essa missão, a educação sexual.

Além disso, surgem, a cada dia, novas tecnologias ligadas à informática, e elas têm que estar ao alcance de alunos e professores sob pena de ficarem atrasados em relação ao desenvolvimento. A informação quer entrar à força nas escolas, como disciplina ou em forma de projetos.

Assim, ao longo desses percursos, no decorrer deste século XX, no qual ocorreram duas grandes guerras mundiais, revoluções e contra-revoluções nacionais, vai se tentando transformar a escola no lugar de reparação de todas as perdas, de todas as feridas. São chamados a ela, psicólogos, médicos terapeutas, assistentes sociais, multiplicam-se as especialidades do pedagogo, tenta-se repartir as responsabilidades, formando-se supervisores, orientadores, administradores capazes de assumirem as diferentes tarefas. O aperfeiçoamento e a reciclagem tornam-se palavras da moda pois é necessário que professores sejam permanentemente reinformados sobre os avanços nos domínios das diversas áreas das ciências ensinadas na escola e dos métodos inovadores que facilitem a aprendizagem dos conhecimentos na consecução de fatores objetivos. A escola torna-se um lugar complexo, local

de tensões e mesmo competição entre profissionais, professores, administradores e especialistas, lugar de conflitos ideológicos, emocionais, gerando novas disfunções que tornam seu espaço e funcionamento, não raro, patológico. Recapitulando, podemos identificar mais de 12 missões delegadas à escola e aos seus professores, vejamos:

- a) transmitir conhecimentos
- b) preparar para vida espiritual
- c) democratizar o saber
- d) promover a igualdade de chances para todos, integrando os excluídos
- e) socializar e formar o indivíduo para a cidadania
- f) respeitar as diferenças e a individualidade do percurso de cada um
- g) curar os disfuncionamentos, dos mais instrumentais aos mais profundos, incluindo traumas afetivos e sociais.
- h) educar para o desenvolvimento físico, para saúde
- i) educar para as artes
- j) educar para o trabalho
- l) educar para a vida sexual
- m) ensinar o civismo, o amor à pátria
- n) introduzir as novas tecnologias, especialmente a informática

O mais impressionante nisso tudo é que, à medida que crescem as exigências à escola e aos professores, diminuem, pelo menos no Brasil, os seus direitos, despencam os salários, a formação se deteriora, a valorização e o conceito sociais decrescem, diminui a motivação para o ensino e abandonar a profissão aparece como a solução mais racional para muitos. Não é para menos! Num país em pleno crescimento populacional, viciado na instabilidade financeira, na ganância dos mais ricos, na corrupção dos políticos, nos regimes ditatoriais, no desrespeito aos direitos fundamentais da vida humana (comida, moradia, vestuário, saúde, educação) não é de se admirar que a escola fracasse e na busca de atingir tantos objetivos, se perca a visão das prioridades e não se chegue a lugar nenhum. Os sinais de fracasso evidentemente não aparecem só aqui, nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. No fim da década de 60, na França, estudos sociológicos começam a mostrar o fracasso da escola, no tocante à finalidade de suprimir as desigualdades sociais. Em vez disso, dizem os pesquisadores (Bourdieu e Passeron), a escola está apenas reproduzindo e reforçando essas desigualdades. A igualdade de chances é apontada como uma falácia. E justamente no começo dos anos 70, quando todos os países europeus comemoram a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino de primeiro grau, novas denúncias aparecem, apontando estatísticas que se referem a uma boa fatia da população que já não sabe ler, permanecendo num estágio que uns chamam de semianalfabetismo, outros de analfabetismo funcional e outros de iletrismo. Fala-se cada vez mais no fracasso da escola. E, se o fracasso ocorre nesses países desenvolvidos, onde as conquistas referentes a salários,

valorização e formação são relevantes, o quê dizer da situação em países da América Latina, da África e da Ásia?

Não houve falta de reformas educacionais, de experiências e de experimentos nas escolas do mundo e no Brasil. Não houve falta de programas especiais, de campanhas educacionais, de projetos em busca de captação de recursos durante esse século no Brasil. Houve sempre uma vanguarda de educadores que lutaram junto aos dirigentes do país para que se erradicasse o analfabetismo, pela universalização do ensino base, para que inovações pedagógicas fossem implementadas. As avaliações, no entanto, quando feitas, apontam para vitórias parciais ou passageiras e para fracassos retumbantes. Começa a fase de retiradas – desiste-se da universalização da educação para o trabalho, desiste-se do civismo. Algumas reformas granguenaram mesmo antes de serem totalmente implantadas. Felizmente os Programas de Pós-Graduação em Educação, surgidos desde a década de 70, com sua exigência de dissertação científica para conclusão do Curso, têm tentado abrir os olhos da sociedade, ou pelo menos de um círculo restrito dos interessados em educação, para os fracassos, as contradições, os engodos, os pontos de estrangulamento. A escola pública faliu, o ensino público fracassou, dizem uns e outros. E a culpa é colocada na própria escola, na desmotivação de professores e alunos, ou nos políticos, na falta da vontade política. Nem os CIEPS de Brizola, querendo transformar a escola em grandes espaços, para abrigar, como numa casa, crianças e adolescentes, resolveu o problema.

Onde estão os erros?

– somente na falta de vontade política?

- somente na corrupção, no desvio do dinheiro da educação para outros fins?
- falta de boas reformas ou falhas nas implementações?

Todos esses fatores devem ter contribuído, porém parece haver algo mais nesse fracasso. Uma desordem imanente, conseqüente à multiplicidade de papéis que lhe foram sendo atribuídos ao longo deste século sem preparação para assumí-los, um sufocamento da instituição pelas exigências que lhe fazem sem lhe darem as devidas condições de funcionamento, uma desordem interna por excesso de ordens, uma total transferência de responsabilidades que vai da sociedade para os governos, da Nação para os Estados, dos Estados para os municípios e de todos para os professores, caindo nas mãos dos mais fracos dos quais se exige fortaleza, sapiência e ascetismo. Resultado: para muitos uma repetência continuada absurda, uma exclusão pelo abandono, a aprendizagem do nada, a inutilidade do tempo perdido.

E agora, o quê fazer? Acatar a desesperança? Cruzar os braços? O que é de efeito ou: o que é preciso fazer pela escola? Qual a ética na formação dos professores? O que lhes ensinar nesse tempo de crise? O que exigir dos professores? Quais os seus deveres?

É obvio que não vou responder a essas perguntas. Seria pretensão demasiada. Apenas quero deixar como pequena contribuição à discussão e reflexão do problema, os elementos já apontados na análise anterior e os pontos que a seguir:

Primeiro, é preciso ter bem claro que a escola partilha a responsabilidade de educar, de ensinar; ela não

pode assumir totalmente e sozinha essa função social; essa responsabilidade compete à sociedade como um todo, à família, aos meios de comunicação, aos partidos políticos, às instituições religiosas e a todos os outros segmentos da sociedade organizada (e desorganizada também).

Segundo, a escola deve voltar-se para sua finalidade original – lugar para aprender – onde três elementos são primordiais na sua composição: ensinante (professor) – objeto de aprendizagem – aprendiz. Esta é a essência da escola. E nessa essência deve-se buscar o que é essencial à cada um dos três elementos.

Do lado do aluno, lembraria a necessária preservação de um espaço de liberdade e de tempo para aprender, longe de limitações econômicas, imposições demasiadas, e das concorrências ou competições sociais.

Sobre o objeto de ensino diria que deve ser continuamente revisto, face ao rápido desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Do lado do ensinante, do professor, do educador profissional, preservar a competência do saber que transmite e do saber transmitir pois só a competência sobre o saber que ensina lhe confere a autoridade para permanecer na sala de aula com o respeito dos aprendizes.

Em resumo, para ambos, professor e aprendiz, é importante preservar o espaço de liberdade e o tempo para aprender – liberdade para ensinar, para escolher os métodos de ensino, para continuar aprendendo; tempo disponível para a interação, para o diálogo entre uns e outros, tempo para estudar, para se reciclar, para se atualizar, sem as imposições dos limites econômicos (o aluno não tendo que trabalhar para o seu ganha-pão, o professor não tendo que correr e estafar-se para complementar o seu pão). Se o

professor não tem sua autonomia financeira não pode ter seu espaço de liberdade e seu tempo disponível para desempenhar bem a sua função de ensinar, idem para o aluno em seu dever de estudar e aprender.

“Não há moral acabada, não há ética sem autonomia e liberdade”, disse Descartes há alguns séculos atrás. Sem autonomia financeira que ética exigir dos professores? Acho que, a princípio, só a consciência de que é ético lutar por um salário digno que lhe dê a necessária autonomia, tempo e liberdade para continuar aprendendo a fim de ensinar com competência aquela fatia do saber sobre a qual recaiu a sua escolha. É necessário preservar o respeito a si mesmo e a auto-estima para se manter com autoridade na escola. Professores com salário mínimo só podem produzir uma educação de salário mínimo e, como o salário mínimo no Brasil não é suficiente para atender “as necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”, como quer o parágrafo IV do art. 7 da Constituição, terminaremos por ter uma educação e um ensino do nada. Se a sociedade não tem a ética suficiente para tratar com justiça seus professores, ela tem de assumir o fracasso da escola e amargar as conseqüências. Direitos de anões para tarefas de gigantes é a situação do professor da escola pública e fundamental no Brasil. Resta às Universidades, onde o espaço econômico é mais aberto, lutar em conjunto com os outros para as mudanças dessas condições, alertando com os seus estudos para sociedade, na formação dos professores.